

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

RAUL SCARIOT

AGRICULTORAS FAMILIARES E SUA INSERÇÃO NO PNAE EM TAPEJARA/RS

Porto Alegre

2017

RAUL SCARIOT

AGRICULTORAS FAMILIARES E SUA INSERÇÃO NO PNAE EM TAPEJARA/RS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Charão Marques

Co-orientador: Me. Lucas Oliveira de Amorim

Tapejara/RS

2017

RAUL SCARIOT

AGRICULTORAS FAMILIARES E SUA INSERÇÃO NO PNAE EM TAPEJARA/RS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Flávia Charão Marques – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Tatiana Gerhardt
UFRGS

Profa. Dra. Aline Hernandez
UFRGS

Dedicatória

A Deus e a Nossa Senhora de Caravaggio, que me protegem de todos os perigos e me ajudam a superar as dificuldades combatendo todas as falhas com maturidade e força.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Gilmar Scariot e Volida Giroto Scariot que me apoiaram com palavras simples, mas objetivas, de apoio e conforto nas horas difíceis.

A Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, pela oportunidade de realizar este curso.

A todos os professores do curso que contribuíram para minha formação pessoal e acadêmica.

RESUMO

A agricultura familiar é de suma importância para o município de Tapejara/RS, pois permite alavancar a economia local, dando mais condições e qualidade de vida às famílias agricultoras. Neste contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um instrumento condutor da melhoria de vida e condições socioeconômicas de mulheres que cultivam, fabricam e comercializam produtos para a alimentação de estudantes das escolas municipais. O objetivo do estudo consiste em identificar as transformações socioeconômicas na vida das mulheres após sua inserção em mercados institucionais. A metodologia utilizada é caracterizada como descritiva, sendo um estudo de caso, tendo como foco mulheres agricultoras participantes do PNAE no município Tapejara RS. Conclui-se que o programa PNAE, como programa de complementação de renda, traz benefícios para os agricultores familiares, para o município e para a população.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. PNAE. Mulheres agricultoras.

ABSTRACT

Family farming is of paramount importance for the municipality of Tapejara / RS, since it allows leverage to the local economy, giving more conditions and quality of life to farmers. In this context, the National School Feeding Program (PNAE) is an instrument that guides the improvement of the life and socioeconomic conditions of women who grow, produce and commercialize products for the feeding of students from municipal schools. The objective of the study is to identify the socioeconomic transformations in the lives of women after their insertion in institutional markets. The methodology used is characterized as descriptive, being a case study, focusing on women farmers participating in the PNAE in the city of Tapejara RS. It is concluded that the PNAE program, as an income supplementation program, brings benefits to family farmers, the municipality and the population.

Keywords: Family Agriculture. PNAE. Women farmers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Faixa Etária.....	22
Figura 2 – Tamanho das Famílias.....	23
Figura 3 – Área Cultivada.....	24
Figura 4 – Assistência Técnica.....	25
Figura 5 – Qualificação do PNAE.....	26
Figura 6 – Pontos Fracos do Programa.....	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	12
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	13
2.2 POLÍTICAS RURAIS PARA MULHERES.....	14
2.2.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	16
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR.....	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
3.1 LOCAL DA PESQUISA.....	19
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	19
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	20
3.4 COLETA DE DADOS.....	20
3.5 ANÁLISE DE DADOS.....	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICE 1 – Questionário.....	33
APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento.....	34

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a mulher desenvolveu um papel importante na família, ficando sob sua responsabilidade principalmente a educação dos filhos e a ajuda nos afazeres do campo, arando, carpindo, contribuindo também com a colheita e o plantio. A história relata que, mais tarde, com a advinda do processo de industrialização, a mulher ingressou com o trabalho em fábricas com jornada de trabalho longa e remuneração inferior aos homens que desempenhavam a mesma função. Até recentemente na história não tinha seus direitos garantidos ou uma política que primasse pelos mesmos.

Os movimentos sociais iniciaram com a presença e pauta feminina no final do século XIX, quando as mulheres começam a ter um papel mais ativo dentro do social, nas lutas contra a escravidão, direito à alfabetização, ao voto dentre outros, direitos que foram duramente conquistados, mas que ainda não colocavam a mulher em termos reais de igualdade aos homens. O campo hoje está mudado, não são somente as máquinas de última geração nas lavouras e as técnicas avançadas de cultivo. Percebe-se que os sujeitos e os seus papéis tradicionais também se encontram em transformação. Atividades que, outrora, eram realizadas especificamente pelos homens, hoje, pode-se encontrar mulheres desempenhando as mesmas tarefas de forma tão boa quanto ou ainda melhor que seus parceiros.

O trabalho das mulheres é muito significativo ao pensar a produção de alimento, no entanto, muitas vezes está inviabilizado e/ou desvalorizado, assim, este trabalho pretende identificar a transformação socioeconômica na vida das mulheres, após sua inserção em mercados institucionais, em especial, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Nas propriedades de economia familiar, o trabalho feminino está frequentemente relacionado com a ordenha dos animais, processamento de alimentos, serviços domésticos e de cuidado com a casa, entre outros. No entanto, nem sempre este trabalho gera renda diretamente para ela. Neste sentido, novas inserções de mercado podem servir de oportunidade para que muitas mulheres passem a ter seus próprios ganhos e, assim, possam alcançar um certo grau de autonomia.

Com isto a questão que orienta a pesquisa que dá origem a este trabalho foi: em que medida as práticas mercantis impulsionadas pelo PNAE incluem as mulheres? Também, se foi questionado, como esta inclusão pode contribuir para uma transformação nas unidades de produção agrícola e economia familiar?

Diante destes questionamentos foi formulado o seguinte objetivo geral: identificar as transformações socioeconômicas na vida das mulheres após sua inserção em mercados

institucionais. E como objetivos específicos: (i) analisar a influência do PNAE na vida das agricultoras familiares em localidades de Tapejara no Rio Grande do Sul; (ii) identificar os principais problemas enfrentados pelas mulheres no acesso ao PNAE.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo Políticas Públicas tem um conceito amplo. Na visão de Souza (2006) é um conjunto de ações e decisões que o governo utiliza para resolver os conflitos e influenciar a vida dos cidadãos. De acordo com Rua (2009) são as atividades políticas, ou seja, ao uso de ferramentas diversas que expressam relações de poder e que se destinam a produzir uma solução pacífica a conflitos que têm relação com decisões públicas. Souza (2006, p. 17), ainda complementa frisando que “a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados”.

Rua (2009) salienta que uma política pública envolve mais do que uma decisão e exige um conjunto de estratégias para suportar as decisões tomadas. Neste sentido, entende-se que Políticas Públicas são as ações que o poder público adota para atender a demanda da população, prevalecendo o interesse da coletividade. Frey (2000) aborda a análise das políticas públicas que, segundo ele, envolve três dimensões: polity (sistema jurídico e estrutura institucional), politics (imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição) e policy (problemas técnicos e conteúdo material das decisões políticas).

De acordo com Rua (2009), o Ciclo de Políticas Públicas é composto pelas etapas de formação de agenda (definição de prioridades, numa situação reconhecida como um problema político); formulação (formação de alternativas com propostas para resolução dos problemas e tomada de decisão); implementação (intervenção na realidade); monitoramento e avaliação (acompanhamento das etapas, julgamento do resultado de uma política segundo critério de valores). Segundo o autor, a Avaliação de Políticas Públicas é formal, sendo que consiste no exame sistemático das ações planejadas, com base em critérios explícitos e coleta e análise das informações relacionadas a conteúdo, estrutura, processo, resultado, qualidade e impactos.

Figueiredo e Figueiredo (1986) citam que no processo de avaliação de políticas públicas deve haver conexão lógica entre os objetivos da avaliação, os critérios e os modelos utilizados, que irão identificar se o programa foi um sucesso ou um fracasso. Rua (2009) complementa que o objetivo da avaliação não é julgar entre boa ou má, mas amadurecer a gestão, aperfeiçoando as etapas. Na opinião de Costa e Castanha (2003) a avaliação dos programas permite alcançar cada vez melhores resultados e proporcionar otimização dos recursos aplicados.

2.2 POLÍTICAS RURAIS PARA MULHERES

Os pequenos produtores utilizam basicamente a mão de obra familiar, para garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental, primando pela equidade e justiça social. Por isso, na visão de Sachs (2008), há uma necessidade do desenvolvimento da agricultura familiar, onde é preciso ter acesso às tecnologias apropriadas, créditos subsidiados para a produção e investimentos, assistência em identificação de mercados locais, nacionais e internacionais para produtos de qualidade. Isso tudo, segundo o autor, permite uma melhor qualidade de vida para essa população. De acordo com BRASIL (1995), são altamente necessárias políticas direcionadas para o fortalecimento e reconhecimento dos direitos da mulher e de programas de pesquisa que integrem população, meio ambiente e desenvolvimento. Assim, entendem-se as políticas agrárias como uma ação para o desenvolvimento democrático e sustentável, reconhecendo as diversidades regionais e superando as desigualdades para ampliar a inserção da mulher na reforma agrária, garantindo maior participação na agricultura.

De acordo com Guanzioli (2009, p.42) é fundamental a criação de um projeto de desenvolvimento rural sustentável com base nos produtores familiares. O autor relata experiências de países bem sucedidos onde a modernização agrícola é eficiente do ponto de vista da geração de empregos, como também do ponto de vista técnico e econômico. O autor ainda defende a capitalização dessa parcela da sociedade que se encontra descapitalizada. E isto somente ocorrerá através de políticas de desenvolvimento rural, além de acesso à educação e saúde das famílias rurais.

De acordo com Giulani, (1997, p. 4 645), a mulher sempre esteve inserida no meio rural, no cotidiano de plantio, colheita, cuidado dos animais, mas nunca teve este trabalho reconhecido em seu real potencial. A autora destaca ainda, que neste meio a autoridade do homem chefe de família é imposta de forma que a mulher não participa nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos. Muitas mudanças ocorreram nos últimos anos, mas relações desiguais de poder se expressam no campo afetivo, econômico e político.

Guanzioli (2009) visualiza mudanças na realidade com a luta das mulheres para a criação de políticas públicas que estabeleçam igualdade de direitos. É desta forma que a mulher conquistou espaços na sociedade, no meio rural, tendo reconhecido o papel da mulher

na agricultura, garantindo sua fundamental importância na produção rural e na sustentabilidade.

Segundo Freire (2010, p.22) a autonomia pessoal e econômica das mulheres teve êxito por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que garantiu um aumento expressivo do número de contratos de crédito para as mulheres, tanto pelo Pronaf, como por suas modalidades gerais. Dessa forma, a figura feminina pode decidir sobre aplicação e resultados econômicos na agricultura, com reconhecimento como trabalhador rural. Outro programa importante para as mulheres de pequenas propriedades é a criação do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais que, além de fortalecer organizações de trabalhadoras, incentiva a troca de conhecimentos e experiências.

Souza (2006, p.187), frisa que o plano nacional para as mulheres tem o objetivo de fortalecer e criar ações que estimulem a permanência da mulher no campo com políticas voltadas para a sustentabilidade. Para o autor, o desenvolvimento do processo produtivo depende diretamente da participação da mulher, pois ela possui vasto conhecimento da terra, além de primar pela conservação da natureza e a manutenção da unidade familiar.

De acordo com Brasil (2013, p. 60), o Plano de Políticas Públicas para Mulheres propõe mudanças nos padrões de desenvolvimento ainda vigentes no país, sendo um de seus princípios norteadores a promoção da igualdade nas suas diferentes dimensões. Com isso, pode-se dizer que a mulher tem um papel importante em diversos aspectos, mas principalmente no cuidado com a vida seja ela humana, vegetal, mineral ou animal. Segundo Freire (2010), isso implica pensar a igualdade entre gêneros, possibilitando discussões e consenso nos cuidados e na administração da propriedade rural.

De acordo com Guanziroli (2009), a mulher tem o cuidado e conhecimento necessários para implantar o processo de sustentabilidade nas pequenas propriedades de agricultura familiar. Sendo assim, agem como protagonistas nesse processo podendo mudar o espaço onde vivem. As políticas rurais também possibilitam financiamentos e ou linhas de créditos para que as mulheres possam desenvolver ações e participar ativamente das decisões nas propriedades. Esta possibilidade, segundo Guanziroli (2009), gera igualdade na administração e planejamento dos espaços rurais, sendo uma resposta à conquista das mulheres e suas lutas para ter voz e decisão nas propriedades ou espaços sociais.

Uma das primeiras lutas que as mulheres empreitaram foi no âmbito das relações familiares, pois as atividades que desenvolviam eram vistas como obrigações de seu papel não sendo consideradas como trabalho na propriedade. De acordo com Freire (2010), a mulher do meio rural ficava sobrecarregada com os afazeres domésticos e com animais e agricultura, não

sendo valorizada em sua essência. De acordo com Brasil (2013, p.61) “é preciso combater, acima de tudo, a invisibilidade do trabalho que realizam, notadamente as mulheres do campo e da floresta, valorizando a sua participação no processo produtivo, destacando-se as suas especificidades, expressas por seus saberes e diferentes práticas”.

2.2.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), segundo Brasil (2013) garante por lei a compra de 30% da merenda escolar da produção da agricultura familiar. As Prefeituras Municipais ou Governo Estadual deverão publicar as demandas de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar através de chamada pública de compra, que define os gêneros a serem entregues. Freire (2010) frisa que o PNAE é uma das iniciativas do Governo Federal mais bem vistas pelos agricultores familiares do país. Vários estudos mostram os avanços no meio rural em função desta iniciativa, mas nem por isso as pessoas envolvidas deixam de apresentar críticas visando seu aprimoramento.

O Programa existe desde 1955 com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e rendimento escolar dos alunos, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2013, p. 89). A partir de 2009, com a Lei nº 11.947, 30% do valor foram direcionados à compra direta de produtos da agricultura familiar. Conforme Sá (2016), os valores repassados a cada dia por aluno variam de R\$ 0,30 do ensino fundamental e médio a R\$ 1,00 para creches e ensino integral.

De acordo com Sá (2016), em 2015 o FNDE repassou R\$ 3,5 bilhões para beneficiar 42,6 milhões de estudantes da educação básica, jovens e adultos. Ou seja, R\$ 1,14 bilhão deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar – um avanço notável comparando-se com valores de 1955, ano de sua criação quando foram atendidos 137 municípios e fornecidas refeições somente a 85 mil crianças. Com a nova lei, conquista dos movimentos e agricultores, sobretudo por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), foi possível aumentar os recursos destinados à agricultura familiar (de R\$ 9.000,00 para R\$ 20.000,00 ao ano, por agricultor), dentre outros avanços no novo marco institucional.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

O incentivo à agricultura familiar começou nos anos 90, antes ela era muito pouco reconhecida pelos programas de governos. De acordo com Teodoro et al (2005) a agricultura familiar começou a ser notada devido a sua importância para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista o êxodo rural onde as cidades não conseguiam contemplar a mão de obra advinda do campo. Muitas pessoas saíam do campo em busca de empregos nas cidades, mas competiam com os moradores das áreas urbanas e, assim, não existia demanda para todos. De acordo com o autor, o incentivo veio por meio de políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e também a criação e implementação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

O conceito de agricultura familiar é amplo. Segundo Tinoco (2005), consiste na utilização da mão-de-obra de acordo com o tamanho da propriedade, direção dos trabalhos e renda gerada pela atividade rural.

Agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, que: não detenha, para maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividade econômica do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p.214).

Também podem se beneficiar do título de agricultor familiar, se atenderem os requisitos citados por Brasil (2006): os silvicultores (cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes); aquicultores (explorem reservatórios de até dois hectares); extrativistas (atividade artesanalmente no meio rural); pescadores (exerçam a atividade pesqueira artesanalmente); povos indígenas; integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Ainda, na visão de Tinoco (2005) agricultor familiar é o indivíduo que tem a agricultura como sua principal fonte de renda, onde todo o trabalho da propriedade rural é desenvolvido pelos membros da família. No artigo 4º da Lei da Reforma Agrária, é designada propriedade familiar, o imóvel rural, que é explorado pelo agricultor e sua família, garantindo-lhe subsistência e progresso social e econômico, com área máxima de acordo com cada região.

Sá (2016) destaca que a agricultura familiar brasileira: produz 24% do da produção total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos produzidos. O autor também pontua números relativos a algumas culturas temporárias e permanentes: a agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola,

67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e 10% da cana-de-açúcar.

Para Guanzioli (2009) a agricultura familiar tem méritos pela capacidade de geração de emprego e renda a baixo custo de investimento, sem minimizar sua capacidade de produzir alimentos a menor custo, com poucos danos ambientais.

Prezotto (2002) afirma que a agroindústria familiar rural é uma alternativa viável para reverter as condições sociais do dia a dia no campo. Ela impulsiona novas alternativas de trabalho e renda, sendo uma inclusão socioeconômica dos agricultores familiares. O agricultor familiar é fundamental para efetivar o processo de aquisição de produtos para a alimentação escolar. A legislação vigente do PNAE direciona os agricultores no sentido de organizar e investir na produção, na capacidade de atender à demanda das escolas. Esse novo mercado aberto para o setor agrícola familiar exige um posicionamento diferenciado quanto à produção. É necessário que a produção esteja alinhada com o ponto de vista nutricional e os agricultores deverão se adaptar a uma nova lógica, o mercado institucional.

Há, ainda, na Agricultura Familiar, a pluriatividade, que é definida por Souza (2006) como uma categoria social na qual o agricultor divide a sua atividade produtiva entre o trabalho agrícola dentro do seu estabelecimento e o trabalho não agrícola em outros setores da economia. As vantagens da pluriatividade para o desenvolvimento rural giram em torno da capacidade do agricultor pluriativo em aproveitar as oportunidades que surgem na economia, encontrando um equilíbrio entre o trabalho na propriedade e o trabalho fora dela.

Nesse contexto, a pluriatividade passa a ser uma via para que a redução da população ativa agrária não provoque a saída em massa da população das zonas rurais para as cidades. Por trás da noção de pluriatividade, há uma realidade que varia de uma região a outra. De acordo com Souza (2006), as formas da agricultura pluriativa e a economia como um todo são muito diversificadas, dependendo das condições naturais de cada localidade, do contexto social existente, das atitudes diante das mudanças, da infraestrutura, bem como das políticas públicas existentes, fatores estes que inevitavelmente influenciam a vida dos agricultores familiares.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Tapejara – RS. Tapejara localiza-se na Região Sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, sendo que neste situa-se a nordeste, na zona de relevo do planalto médio, pertencente à mesoregião noroeste do Rio Grande do Sul e microrregião geográfica de Passo Fundo.

A população de Tapejara, segundo estimativa do IBGE com data de referência em 1 de julho de 2016, é de 21.809 habitantes. Possui 912 Propriedades Rurais; 7.634 residências urbanas e 19 estabelecimentos de ensino.

Os números apontam que Tapejara tem um crescimento maior que a média nacional, conhecida como Terra do Empreendedorismo e, de acordo com dados da Secretaria Municipal da Fazenda, conta com 251 indústrias, 696 estabelecimentos comerciais, 783 prestadores de serviços e mais de 300 microempreendedores individuais. Quanto à renda, o PIB do município é de R\$ 690.670.000,00 (IBGE 2014) e o PIB per capita chega a R\$ 32.541,93 (IBGE 2014).

No município, os valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, no ano de 2015, foi de R\$ 67.339, 51, representando de um total de R\$ 146.978,00 , 45.82% , ou seja, está acima do mínimo estabelecido.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo tem como objetivo identificar a transformação socioeconômica das mulheres agricultoras, após sua inserção no mercado institucional. A pesquisa pode ser considerada quanto aos fins pesquisa descritiva, quanto aos meios um estudo de caso. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2002), tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, e também o estabelecimento de relações entre variáveis. É importante o uso desse tipo de pesquisa, pois é através dela que serão conhecidos os dados sobre a transformação na vida das mulheres agricultoras.

Gil (2002) também destaca o estudo de caso como uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e

exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Foi escolhido para a pesquisa um estudo de caso, pois hoje ele é considerado o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno dentro de seu contexto real. A pesquisa pode ser também classificada como qualitativa, pois leva em consideração as informações repassadas pelos entrevistados. A abordagem qualitativa, segundo entendimento de Malhotra (2006), tem como objetivo principal promover a compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador. “Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados” (NEVES, 1996).

Godoy (apud NEVES, 1996, p. 01), ressalta a diversidade que existe entre os trabalhos qualitativos, enumerando uma série de características que são capazes de identificar esse tipo de pesquisa, sendo: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador e o enfoque indutivo. O estudo em questão foi realizado através de visitas a propriedades rurais que desenvolvem a agricultura familiar, observações e aplicação de um questionário.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para a realização da pesquisa foi aplicado um questionário para 12 mulheres agricultoras participantes do PNAE.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados teve início com o levantamento prévio das agricultoras participantes dos programas. Para isto foi consultado o banco de dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapejara. De um universo com 20 participantes do PNAE, optou-se por escolher uma participante de cada comunidade do interior do município, para assim representar uma amostra real. Seleccionadas as respondentes, foram aplicados pelo pesquisador, questionários com o intuito de obter informações e opiniões sobre a transformação socioeconômica.

Gil (2008) destaca o questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações,

temores, comportamento presente ou passado etc. O autor ainda destaca que a aplicação do questionário possui inúmeras vantagens, como:

- possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- garante o anonimato das respostas;
- permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado (GIL, 2008, p. 121).

De acordo com Vergara (2007), a coleta de dados com questionário pode ser apresentada ao respondente por escrito, com questões com as características de abertas, pouco ou não estruturadas, ou fechadas e estruturadas. O questionário que foi aplicado às agricultoras, sendo constituído por questões abertas e estruturadas, e a aplicação deles foi realizada individualmente, com visitas às propriedades rurais. O questionário utilizado se encontra no Apêndice 1. No Apêndice 2 consta o Termo de Consentimento assinado pelas participantes da pesquisa.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após o retorno do instrumento de pesquisa, foi realizada a análise e a interpretação dos dados. A análise, de acordo com Gil (2008, p.156), “tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação”.

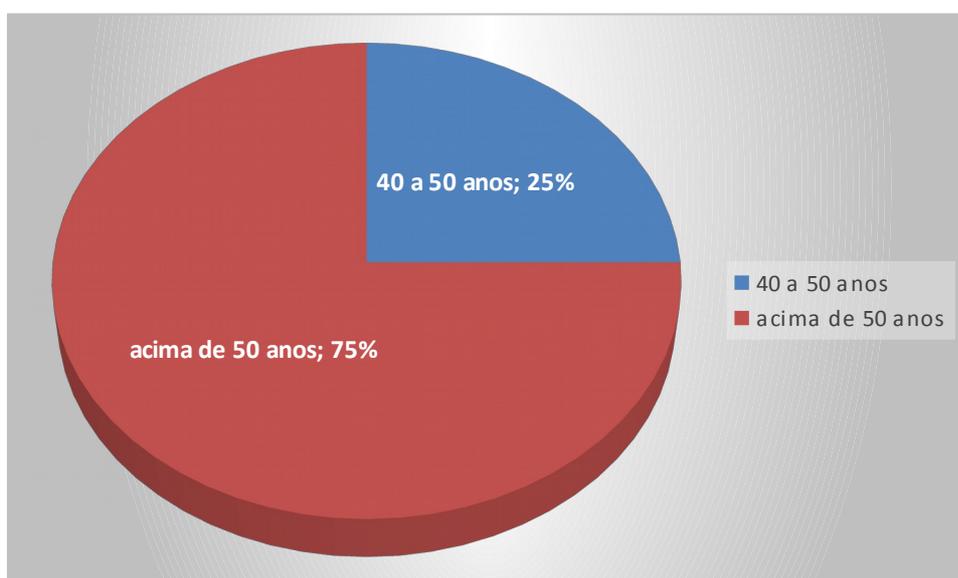
A interpretação, segundo Gil (2008), tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos, por isso, as questões serão analisadas pelo seu conteúdo e com base no referencial teórico. A sistematização dos dados é apresentada através de gráficos com os resultados obtidos nos questionários respondidos pelas participantes da pesquisa. Estes dados foram confrontados com a teoria estudada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os principais resultados obtidos com a pesquisa realizada. Inicialmente será traçado o perfil das mulheres, trazendo informações sobre idade, tamanho da família, área cultivada, produtos fornecidos para o PNAE. Posteriormente, dados mais específicos sobre a inserção no mercado serão apresentados e discutidos, estabelecendo uma análise com base no referencial teórico desenvolvido.

Das doze mulheres entrevistadas, todas são casadas, onze residem na zona rural de Tapejara e uma no perímetro urbano. A figura 1 mostra a faixa etária das entrevistadas:

Figura1 - Faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor.

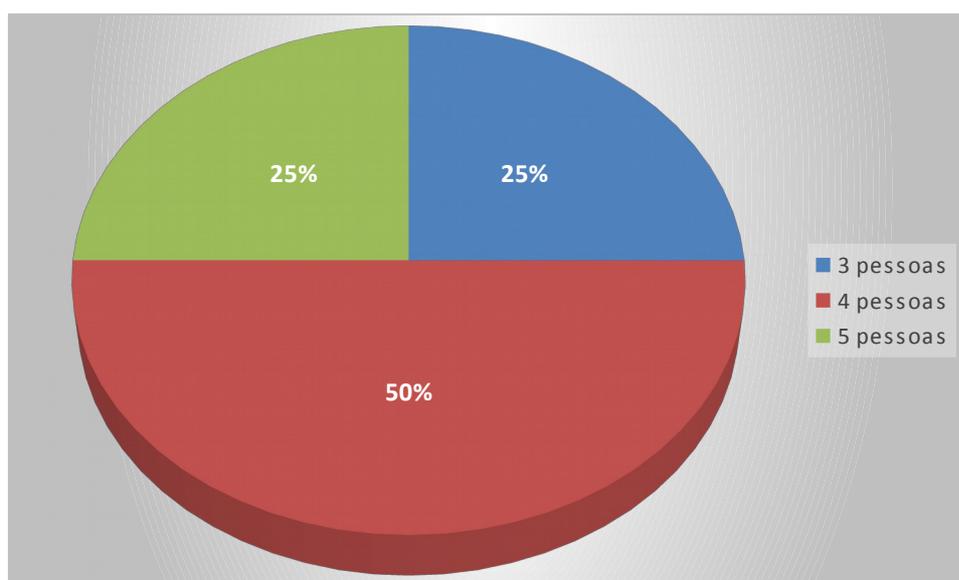
Os dados evidenciam que a maioria das mulheres entrevistadas possui mais de 50 anos e 25% entre 40 e 50 anos. Nenhuma das respondentes tem menos de 40 anos. Com isso, percebe-se um envelhecimento das mulheres do campo, em detrimento à saída das mais jovens que partem em busca de trabalho na cidade, ou muitas vezes trabalham durante o dia em empresas, fábricas ou no comércio e retornam para a propriedade rural no final da jornada. Souza (2006, p.187), frisa que o plano nacional para as mulheres tem o objetivo de fortalecer e criar ações que estimulem a permanência da mulher no campo com políticas voltadas para a sustentabilidade. Para o autor, o desenvolvimento do processo produtivo depende diretamente da participação da mulher, pois ela possui vasto conhecimento da terra, além de primar pela conservação da natureza e a manutenção da unidade familiar. Nas famílias das respondentes

desta pesquisa, trabalham na agricultura familiar e fazem parte do PNAE mulheres que sempre moraram na zona rural e nunca tiveram um emprego formal.

Quando questionadas sobre as possíveis medidas que podem incentivar e atrair os jovens para que estes prefiram viver no campo, a maioria dos entrevistados respondeu que incentivos voltados a agricultura familiar, a estabilidade financeira e a melhoria nos rendimentos, apesar de escassas e que poderiam auxiliar na diminuição do êxodo rural pela juventude

As famílias das entrevistadas são, em sua maioria, formadas pelo casal e poucos filhos. De acordo com o IBGE (2014), o tamanho da família brasileira diminuiu em todas as regiões do Brasil. O número médio de pessoas numa família é de 3,3. Na figura 2, é possível verificar o número de pessoas que compõem as famílias das entrevistadas.

Figura 2 - Tamanho das famílias



Fonte: Elaborado pelo autor.

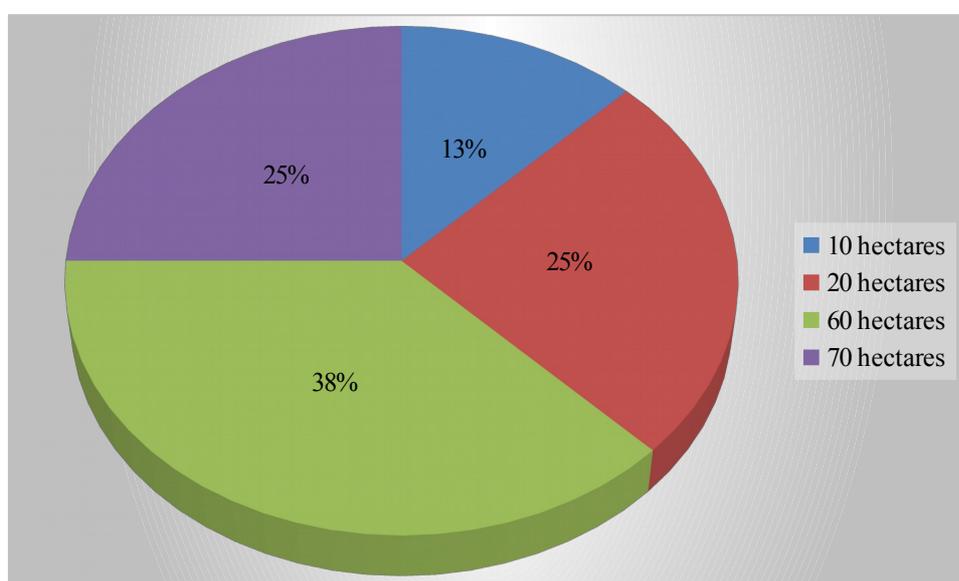
De acordo com os dados obtidos na Figura 2, seis famílias são formadas por 4 pessoas (pai, mãe e dois filhos), três famílias possuem apenas um filho e outras três famílias têm três filhos.

Entre os filhos que já emigraram e vivem na zona urbana atualmente, a maioria são mulheres (70%). O principal motivo para as migrações entre elas é o casamento (50%), seguido do emprego (25%), do estudo (15%) e de dificuldades enfrentadas no campo (10%). Esta situação evidencia uma possível submissão da esposa frente o marido, sendo que ela o segue quando ele vive na área urbana. Porém, ao mesmo tempo, observa-se que entre as mais

jovens, as principais razões para migrar são o trabalho e o estudo. Já entre os homens, o principal motivo das migrações está relacionado com problemas enfrentados na área rural além do trabalho e estudo.

O conceito de agricultura familiar é amplo, segundo Tinoco (2005), consiste na utilização da mão-de-obra de acordo com o tamanho da propriedade, direção dos trabalhos e renda gerada pela atividade rural. As entrevistadas neste trabalho cultivam áreas plantadas de acordo com a figura abaixo (uma pessoa cultiva área de 10 hectares, duas pessoas cultivam áreas de 20 hectares, três pessoas 60 hectares e duas pessoas cultivam 70 hectares).

Figura 3 - Área cultivada



Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre as respondentes da pesquisa, nota-se variedade no tamanho da área cultivada. Segundo a lei 11.326, de 24 de julho de 2006, a unidade produtiva da agricultura familiar não pode ter mais de quatro módulos fiscais – unidade que varia de 5 a 110 hectares, dependendo do município.

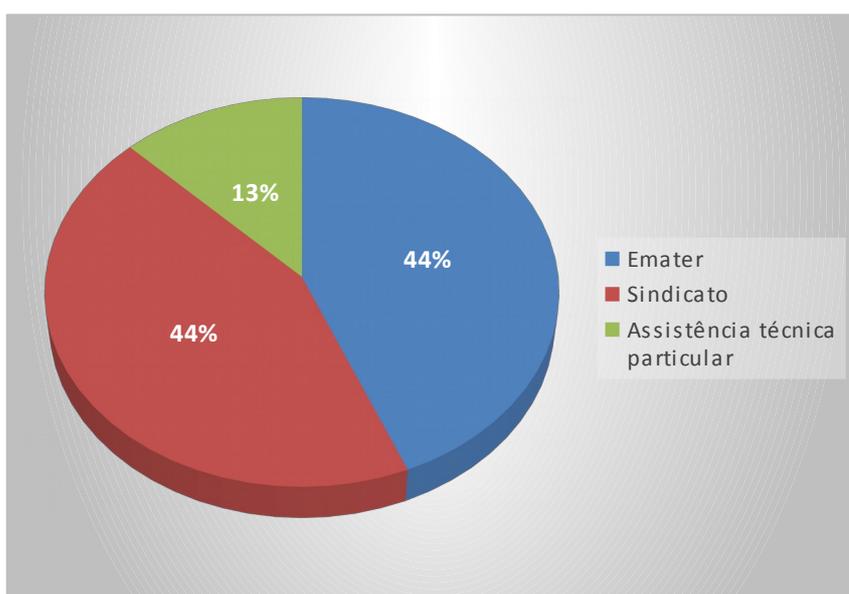
Todas as entrevistadas que moram no interior do município responderam ter fácil acesso à cidade, através de estradas asfaltadas. Duas mulheres agricultoras do total de doze entrevistadas tem ocupações não agrícola, o que implica dizer que são família pluriativas. Ambas são assalariadas em indústrias da alimentação. A pluriatividade, segundo Souza (2006) faz referência a uma categoria social na qual o agricultor divide a sua atividade produtiva entre o trabalho agrícola dentro do seu estabelecimento e o trabalho não agrícola em outros setores da economia. As vantagens da pluriatividade para o desenvolvimento rural giram em

torno da capacidade do agricultor pluriativo em aproveitar as oportunidades que surgem na economia, encontrando um equilíbrio entre o trabalho na propriedade e o trabalho fora dela, assalariado.

Na chamada pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizada pela Prefeitura de Tapejara, em outubro de 2017, há indicativo de compra de 18 alimentos: verduras, bebida láctea, bolacha, carne, doce, farinha, feijão, leite, massa, mandioca, suco e tempero. Nas propriedades rurais das mulheres entrevistadas, as culturas são: soja, milho, trigo, mandioca, feijão, milho de pipoca, batata doce, pepino, hortaliças e verduras. Desde a implementação do PNAE nas escolas do município, 3.513 alunos crianças matriculados em 11 escolas são alimentados com os produtos adquiridos através do PNAE. Em 2016, cerca de 80% dos alimentos da merenda escolar da rede municipal de ensino correspondeu à produção dos participantes do Programa. Destes, oito são produzidos pelas mulheres que fazem parte da pesquisa: mandioca, feijão, verduras, bolacha, massa caseira, doce, leite e tempero.

Além de fornecer produtos para o PNAE, sete entrevistadas também participam de outro programa de incentivo à agricultura familiar: a feira do produtor rural, realizada aos sábados em Tapejara, onde os produtos são comercializados diretamente para o consumidor. Para esta feira as produtoras também fornecem mel, bolachas, massas e doces. Para auxiliar na agricultura familiar, as famílias contam com apoios, conforme a figura abaixo:

Figura 4: Assistência técnica

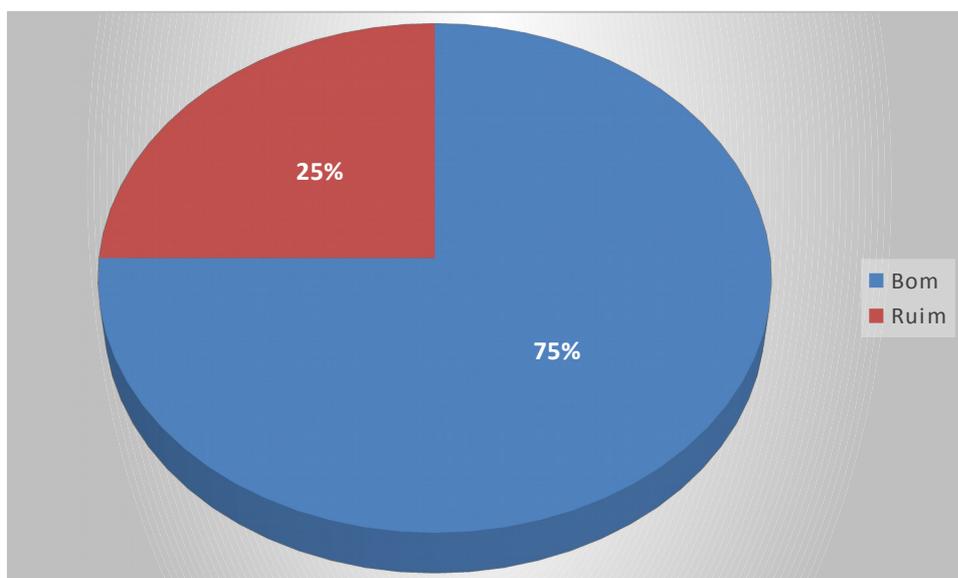


Fonte: Elaborado pelo autor

O apoio, de acordo com as respondentes da pesquisa, se dá através de assistência na lavoura e no cultivo dos produtos, palestras técnicas, visitas de profissionais especializados, esclarecimentos sobre incentivos, linhas de créditos e outros benefícios.

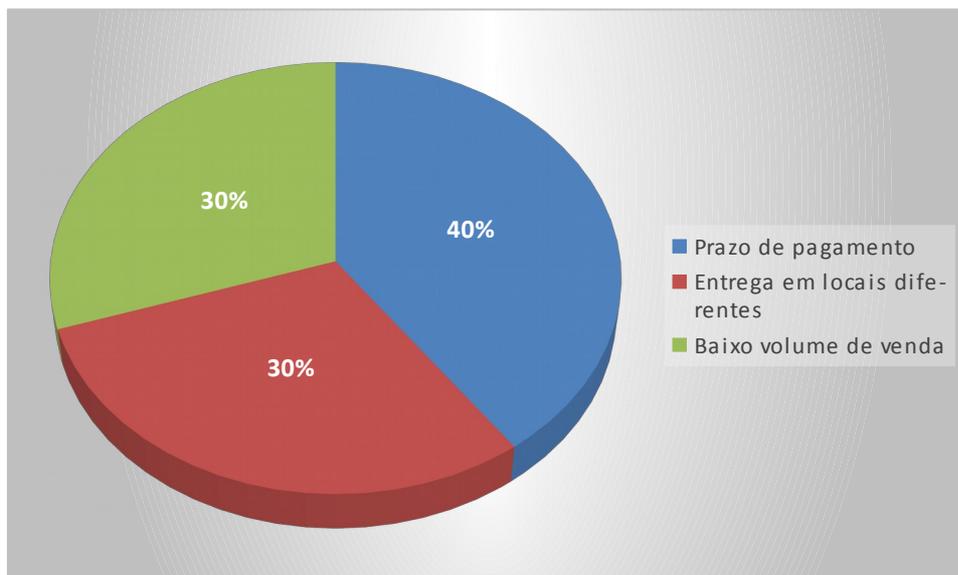
Ao serem questionadas sobre o que acham do Programa Nacional de Alimentação Escolar, duas entrevistadas responderam “ruim” e dez classificaram como “bom”, conforme a figura 5.

Figura 5: Qualificação do PNAE



Fonte: Elaborado pelo autor

As agricultoras que classificam o PNAE como ruim justificam com o extenso prazo de pagamento (45 dias), a mudança nos locais de entrega (antes todos os produtos eram entregues na Secretaria de Educação). Há dois anos, eles começaram a ser entregues diretamente nas escolas). A agricultora A citou que são 11 endereços (escolas) diferentes para entrega, o que dificulta devido ao tempo gasto para isso. Já a agricultora B enfatizou que a quantidade de produtos entregue é pequena, pois só as escolas municipais participam do programa. As dificuldades do PNAE são citadas na figura abaixo:

Figura 6: Pontos Fracos do Programa

Fonte: Elaborado pelo autor

Desta forma, percebe-se que a maioria das agricultoras entrevistadas não aprova a forma de pagamento atual e gostariam de receber com prazo de 30 dias após a entrega dos produtos, em vez de 45 dias, como é feito atualmente.

As agricultoras sugeriram como melhorias necessárias no programa: a criação de uma Central de Recebimento dos Produtos, apoio da Prefeitura, com transporte, quando as famílias não tiverem possibilidade de realizar a entrega dos produtos e menor prazo de pagamento.

Como benefícios do Programa, as entrevistadas citam a possibilidade de venda de seus produtos e, com isso, a fomentação da agricultura familiar e o aumento da renda familiar. É perceptível que o PNAE abonou uma renda às agricultoras, que apesar de admitir alguns pontos negativos, fazem uma avaliação positiva do programa.

Neste sentido deve-se considerar que o PNAE tem como uma de suas principais características a participação de vários setores em um mesmo programa (educação, saúde, agricultura, controle social). As respondentes da pesquisa atribuíram uma nota ao Programa, sendo que a média resultante das 12 entrevistas é 8,5.

Giulani (1997) destaca que no meio rural a autoridade do homem chefe de família é imposta de forma que a mulher não participa nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos. Muitas mudanças ocorreram nos últimos anos, mas relações desiguais de poder se expressam no campo afetivo, econômico e político. As mudanças que ocorreram e ainda estão apresentando resultados positivos têm relação com o PNAE. Todas as entrevistadas são unânimes em afirmar que a situação socioeconômica da

família melhorou com a entrada no Programa. Apenas cinco entrevistadas responderam a questão referente à renda adquirida exclusivamente com a comercialização dos produtos para a merenda escolar, estabelecendo nesta pesquisa a média de R\$1.200,00 a R\$1.500,00 mensal. Isso representa autonomia financeira para estas mulheres, que passaram a administrar sua renda investindo em melhorias na qualidade de vida e em bens.

Eu sempre trabalhei na roça sem nenhuma renda. Antes de casar dependia do meu pai e depois do meu marido. Com a entrada no PNAE comecei a ganhar meu dinheiro e, com muita economia, comprei meu carro. Hoje não dependo mais de ônibus ou do meu marido. Tenho autonomia para ir onde preciso. (Agricultora C., 2017)

A agricultora B também relata que contribui mensalmente com o pagamento da faculdade da filha que não mora mais no campo, mas precisa do auxílio da família para concluir os estudos. A respondente A enfatiza que os ganhos provenientes do Programa, representam 50% da renda familiar.

O estudo de Guanzioli (2009) corrobora que houve mudanças na realidade com a luta das mulheres para a criação de políticas públicas que estabeleçam igualdade de direitos. É desta forma que a mulher conquistou espaços na sociedade, no meio rural, tendo reconhecido o papel da mulher na agricultura, garantindo sua fundamental importância na produção rural e na sustentabilidade. Este é o caso da agricultora A, que comercializa bolachas e massas para a merenda escolar da rede municipal de ensino de Tapejara. Ela frisa que com a renda obtida na comercialização adquiriu equipamentos industriais para a confecção dos alimentos, garantindo maior qualidade e produtividade. A agricultora entrevistada também vende seus produtos na feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sob encomenda para consumidores finais.

Esse novo mercado garantiu um trabalho fixo, como as agricultoras relatam, dinamizando a economia da cidade. Apesar de admitir que o valor líquido conquistado é baixo, em vista do trabalho diário, sem folgas, elas consideram importante a continuidade desse serviço para subsidiar as despesas, como pode ser observado no seguinte depoimento:

Até agora, eu não tenho vontade de desistir porque é o único trabalho que eu tenho. Se não fosse este, eu teria que estar indo diariamente até a cidade para trabalhar em fábricas ou como empregada doméstica. Trabalhar no nosso próprio negócio tem suas vantagens. (Agricultora E)

Embora considerem o trabalho “pesado” para pouca remuneração, as entrevistadas mostram-se satisfeitas por ter uma ocupação garantida e estar incluídas socialmente. Prezotto

(2002) afirma que a agroindústria familiar rural é uma alternativa viável para reverter as condições sociais do dia a dia no campo. Ela impulsiona novas alternativas de trabalho e renda, sendo uma inclusão socioeconômica dos agricultores familiares. Em Tapejara - RS, o processo licitatório de compras públicas favorecia apenas o mercado varejista e atacadista, sem preocupação com a qualidade dos produtos oferecidos às crianças e adolescentes em idade escolar. Em 1999, passou-se a utilizar parte dos recursos alocados para a alimentação escolar para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se através de questionários levantar a mudança de vida das mulheres agricultoras familiares, com a inserção em mercados institucionais, mais especificamente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com as informações obtidas neste trabalho, pode-se compreender os benefícios trazidos com a inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar, para as mulheres que comercializam os alimentos que cultivam ou fabricam em suas propriedades.

Além de perceber características comuns às agricultoras entrevistadas, nota-se que a maneira como o Programa é administrado pela gestão do município, gera descontentamento em alguns pontos. Atualmente, o pagamento é realizado com prazo de 45 dias, tempo este considerado longo pelas participantes, que há alguns anos recebiam no período de 15 dias após a entrega. Outro ponto negativo citado é a logística de entrega dos produtos, que devem ser levados diretamente a cada escola consumidora, somando assim 11 endereços diferentes. O modelo antigo de administração do Programa permitia que toda a quantidade comercializada fosse entregue num único lugar.

É importante, porém, salientar a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar para as mulheres agricultoras familiares, como fonte de renda. Todas as entrevistadas confirmam que esta é uma importante fonte de recursos para o orçamento familiar. O Programa também é importante para a sociedade brasileira no que se refere à segurança alimentar e nutricional, suprindo parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos.

Almeja-se que as informações aqui expostas possam colaborar com melhorias na implementação das políticas públicas em Tapejara, também ressalta-se que seria de grande valor ampliar espaços para novas discussões que se deem de modo participativo, nas quais os agricultores possam apresentar as suas especificidades, para que assim as políticas públicas sejam mais eficientes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Nº. 4.504, de 30 de Novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/nibliotecavirtual/dh/volume%20i/prol%20ei4504.htm> >. Acesso em 10 jun. 2017.
- BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm >. Acesso em 10 jun. 2017.
- COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, João Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** 2003. In: RAP, Rio de Janeiro 37 (5): 969-92, Set./Out. 2003. Disponível em: http://www.fgv.br/ebape/novaebape/comum/arq/Costa_castanha.pdf >. Acesso em 13 jul.2017.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas:** um quadro de referência teórica. In: Analise e conjuntura. Belo Horizonte, v.1 (3) 107-127, set./dez.1986. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=38> >. Acesso em 08 jun. 2017.
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar.** Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/programasalimentacao-escolar> >. Acesso em 08 jun. 2017.
- FREIRE, Nílceia. **Ações governamentais para os direitos das mulheres.** In: Direitos humanos como direitos de todos, sem exceção. Matilde Ribeiro(organizadora). São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- Gil, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUANZIROLI, Carlos [et al.]. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing:** uma orientação ampliada. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- PREZOTTO, L. L. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte.** *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 1, n. 31, p. 133-153, 2002.
- RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.
- SÁ, Eduardo. Merenda escolar: uma revolução para os agricultores familiares. Disponível em <http://www.agroecologia.org.br/2016/08/17/merenda-escolar-uma-revolucao-para-os-agricultores-familiares>. Acesso em 20 jun. 2017

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Cartilha de acesso ao Pronaf** – Saiba como obter crédito para a agricultura familiar, 2011/2012. Brasília, DF, 2011c. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf)>. Acesso em 08 jun. 2017.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p.20-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso > Acesso em 12 jun. 2017.

TEODORO, Paulo Alberto Vilas Boas; et al. **Agricultura Familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável**. 2005. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2017.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Conceituação de Agricultura Familiar** – uma revisão bibliográfica. 2005. Disponível em: http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_tecnologias/teses/TESESONIATINOCO.pdf>. Acesso em 18 jun. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

APÊNDICE 1 –Questionário para entrevista com agricultores familiares participantes o PNAE

NOME: _____

a) Faixa etária:

- Menor de 18 anos Entre 18 e 20 anos
 de 21 a 30 anos de 31 a 40 anos
 Entre 41 e 50 anos acima de 50 anos

b) Nível de escolaridade

- analfabeto 1º grau incompleto
 1º grau completo 2º grau completo
 2º grau incompleto 3º grau incompleto
 3º grau completo

c) Estado civil:

- solteiro casado outros: _____

d) Quantas pessoas na família: _____

e) Seus filhos vivem no campo:

- Sim Não

Por qual motivo saíram da zona rural?

f) Quanto tempo reside na área rural _____

g) Propriedade rural: moradia mora na cidade

Tamanho da propriedade: _____

Localização: _____

Forma de acesso ao município: _____

h) Exerce outra atividade a não ser rural: não sim

Qual: _____

i) Qual a cultura agropecuária que cultiva:

Principal: _____

Secundária: _____

Terciária: _____

j) Quantas pessoas trabalham na propriedade?

- esposa filhos parentes empregados : fixos: _____ temporários: _____

k) Você participa de algum programa destinado à agricultura familiar:

- não sim: Qual: _____

l) Para auxiliar na agropecuária, você tem auxílio de quem:

- Emater Assitência Técnica particular
 Secretaria da Agricultura Secretaria da Educação

m) Você participa do PNAE: _____

n) Há quanto tempo participa deste programa? _____

o) Quais os produtos que você cultiva na propriedade e entrega?

p) O que você acha deste programa: bom ruim
Porque? _____

q) Que nota você dá para o PNAE? _____

r) Quais as dificuldades do programa

s) Quais os benefícios do programa

t) O que você acha que poderia Melhorar

u) O que mudou na sua vida com a participação no programa?

v) Qual a sua renda com o Programa? _____